

Comunicação, Alteridade e Diversidade: uma interseção necessária¹

Carlos Humberto Ferreira SILVA JÚNIOR²
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

Paula SILVEIRA-BARBOSA³
Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia/Casa de Oswaldo
Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Diante do primeiro biênio da reorganização dos Grupos de Pesquisa (GPs) da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom e, conseqüentemente, da fundação do GP “Comunicação, Alteridade, Diversidade”, refletimos sobre a articulação acadêmica e institucional que resultou no referido grupo. Por meio de revisão bibliográfica, discutimos os conceitos que conduzem os trabalhos do GP, bem como a importância deste novo espaço para a valorização da Intercom e para a pesquisa em Comunicação de maneira mais ampla.

Palavras-chave

comunicação; alteridade; diversidade; pesquisa em Comunicação; Intercom.

“Comunicação é a essência do desenvolvimento”

(Marques de Melo, 2012)⁴

Introdução

Entre 2018 e 2021, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom reorganizou seus Grupos de Pesquisa (GPs). O objetivo da entidade, que é a maior e mais antiga sociedade de pesquisa em Comunicação em

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutorando em Comunicação, Diretor de Relações Públicas e Comunicação da ABPCom, e-mail: carlos.jr@unesp.br

³ Mestre em Jornalismo, Diretora-Geral do Arquivo Lésbico Brasileiro, discente do bacharelado em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), pesquisadora do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, e-mail: paulasilveirabarbosa@edu.unirio.br

⁴ Em entrevista a Thomas Tufte, que publicou um trecho do material em 2014.

funcionamento no Brasil, era manter sua atualidade e relevância, observando, inclusive, os trabalhos de instituições similares. Esse movimento orientou pesquisadores a se organizarem em torno de seus respectivos campos de estudos, assim como permitiu que novas temáticas ganhassem seus próprios grupos de pesquisa (PORTAL INTERCOM, 2022).

O GP “Comunicação, Alteridade e Diversidade”, que ora discutimos, é resultado desse processo. Mas além dele podemos citar os grupos “Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico”, “Comunicação e Trabalho” e “Pensamento Comunicacional e Cultural Latino-Americano”.

No caso do GP “Comunicação, Alteridade e Diversidade”, as razões que motivaram sua fundação estão relacionadas às mudanças no âmbito universitário – que se tornou mais plural a partir de políticas afirmativas (BRASIL, 2012) – e à progressiva conscientização de pesquisadores, profissionais de mídia e seus expectadores a respeito do impacto dos meios de comunicação no desenvolvimento social (LAGO, 2010).

Assim, com este artigo, pretendemos compor um histórico sobre os conceitos sob os quais o GP “Comunicação, Alteridade e Diversidade” está embasado. As reflexões que apresentamos aqui são parte de um registro histórico da pesquisa em Comunicação no Brasil, além de um convite ao estudo e à articulação da Comunicação na perspectiva do desenvolvimento social, compreendendo que diversidade e alteridade são elementos essenciais e constitutivos deste processo.

Para isso, este artigo será dividido em quatro partes. Na primeira, “De que comunicação estamos falando?”, por meio dos conceitos relacionados à comunicação popular e cidadã, delimitamos como a comunicação é um direito e com isso, deve ter elementos básicos para que seja exercida e experienciada em sua plenitude. No tópico “Alteridade, um atributo essencial para quem comunica”, atrelamos o conceito bastante discutido na Antropologia como essencial para a equidade no processo comunicacional.

Já em “Por uma diversidade objetiva” discutimos o conceito de diversidade, seu aspecto histórico e a razão pela qual deve ser resgatado dentro de uma perspectiva que busca ultrapassar as barreiras levantadas pelas possibilidades do pós-estruturalismo. Por fim, a quarta parte, “Disputando espaços institucionais: surge o GP ‘Comunicação,

Alteridade e Diversidade”” detalha como se deu a criação do grupo de pesquisa, assim como marca o espaço no qual busca-se evidenciar sua atuação.

De que comunicação estamos falando?

A ideia da comunicação parte de princípios que baseiam as práticas deste grupo de pesquisa, já que em seu cerne em latim *communicare* significa tornar comum. Para nós, é evidente neste enunciado que possuímos ao menos dois agentes distintos que buscam partilhar significados. Acrescentamos a esse processo a ideia de que para tornar comum é necessário que os agentes em questão partilhem de certos significados. E mais: para que não haja um exercício de poder de um para com o outro, as realidades compreendidas no ato da comunicação devem se fazer equânimes, caso contrário podemos nomear este ato de imposição, ao invés de comunicação. Em outras palavras, dentro de nossa perspectiva, comunicar significa partir do diverso, das diversas realidades e significados, a fim de se compreender algo e torná-lo comum (BRAGA, 2022).

Com isso, o processo de comunicação inclui diversidade e se faz da alteridade para forjar-se equânime. A equidade, diferentemente da igualdade, compreende que os indivíduos possuem locais de fala marcados por processos históricos e realidades sociais variadas, situações concretas que moldam seus corpos e discursos (JINDRA, 2014; KOLLEN; KAKKURI-KNUUTTILA; BENDL, 2018). Reconhecer que essas marcas são mais ou menos evidentes e por vezes determinantes, para nós, é compreender que a realidade material, cultural e social é permeada por um processo permanente, estrutural e estruturante, de desigualdades.

Assim, é exercício deste artigo articular uma epistemologia capaz de responder porque o processo de tornar comum deve ser a razão maior do comunicar, mesmo que para isso seja necessário evidenciar diferenças, desigualdades, estruturas de poder dominantes, entre outros mecanismos que mais nos afastam uns dos outros do que nos aproximam. Com isso, nosso objetivo é demonstrar como, apesar de nossas diversidades, precisamos dar um passo em direção da escuta-ativa, da compreensão do “Outro” para a construção de um espaço comum comunicativo (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Talvez o segmento em que se note de maneira mais explícita a perspectiva de comunicação que discutimos seja o dos movimentos sociais. Cicilia Peruzzo (2013) aponta que os processos de mobilização e, conseqüente, fortalecimento de movimentos populares estão diretamente relacionados à capacidade de comunicação desses grupos. Como exemplo, a pesquisadora cita o Fórum Social Mundial e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para a autora, essa “outra” forma de comunicar é uma forma de exercer o direito à comunicação na prática, que decorre não apenas da necessidade de dialogar com públicos específicos, mas com a sociedade em geral, já que há uma recorrente limitação à liberdade de expressão desses grupos na chamada imprensa tradicional. Essa questão, aliás, justifica, ao passo que nos conduz ao tópico seguinte em que abordamos a imbricação entre alteridade e comunicação.

Alteridade, um atributo essencial para quem comunica

Por compreender fenômenos relacionais entre indivíduos com variadas subjetividades, a articulação da Comunicação com conceitos como a alteridade tornou-se, há algum tempo, uma preocupação dos intelectuais de nosso campo em diferentes períodos e lugares (PARK, 1923; ZELIZER, 1993; FAUSTO NETO, 1999; MARTIN-BARBERO, 2009; LAGO, 2010; VEIGA DA SILVA, 2010, 2015). Nesse sentido, merece especial atenção a abordagem proposta por Martino e Marques (2019, p. 24), que a partir da produção do filósofo Emanuel Lévinas pensam a comunicação “como fenômeno ético por excelência, na medida de seu necessário direcionamento a outrem, tendo, como pressuposto, a abertura e a possibilidade de acolhimento da alteridade”.

Essa possibilidade de acolhimento torna-se um objetivo a ser perseguido pelos comunicadores cuja percepção do ofício está alinhada ao desenvolvimento social. Em nossa perspectiva, esse desenvolvimento compreende a superação das desigualdades e a garantia de vida digna para todas as pessoas, independentemente de suas particularidades. Em entrevista a Thomas Tufte (2014), nosso decano brasileiro, Marques de Melo avançou sobre essa questão e afirmou não diferenciar comunicação para o desenvolvimento e comunicação. Para ele, comunicação é a essência do desenvolvimento, como destacamos na epígrafe deste artigo.

Nesse sentido, a estigmatização, a produção e reprodução de estereótipos, a invisibilidade, a exclusão e a discriminação não deveriam ter lugar na comunicação. Seja ela na forma de publicidade, cinema ou jornalismo. Ainda assim, esta é uma realidade que parece longe de se concretizar. Para alcançar este ideal, é possível recorrer às contribuições da Antropologia, por exemplo. Considerada como campo de gestação do conceito de alteridade, a disciplina conta um vasto acúmulo prático e teórico do qual podemos fazer uso ao nos abirmos para a interdisciplinaridade (LAGO, 2010).

Afinal, tudo é fundado em alteridade na Antropologia: pois só existe antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de empatia correndo de lado a lado. [...] Tudo isso parece indicar que o etnólogo nunca está só. Realmente, no meio de um sistema de regras ainda exótico e que é seu objetivo tornar familiar, ele está relacionado - e mais do que nunca ligado - a sua própria cultura. E quando o familiar começa a se desenhar na sua consciência, quando o trabalho termina, o antropólogo retorna com aqueles pedaços de imagens e de pessoas que conheceu melhor do que ninguém (DA MATTA, 1978, p. 10-11).

Por uma diversidade objetiva

Diversidade é um conceito cujo uso tem se popularizado nos últimos tempos. Diante disso, muitas aplicações e concepções estão em circulação, fazendo-se necessário delimitarmos qual é o significado que atribuímos a esse termo. Segundo o Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, a origem da palavra “diversidade” vem do latim *diversitas*, e significa “diferença, dessemelhança, variação, variedade”. Outro significado possível é “conjunto que apresenta características variadas; multiplicidade”. Essa última expressão nos conduz a um processo semelhante àquele da matemática, que é o de multiplicar, ampliar, adicionar, aumentar. Ou seja, está imbricado na definição de diversidade o dinamismo.

Essa concepção é diverge daquela apresentada por Tomaz Tadeu da Silva (2000), para quem diversidade e multiplicidade são conceitos distintos, opostos. De acordo com o autor:

A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura (SILVA, 2000, p. 100-101).

Discordamos do pesquisador não apenas pela questão semântica posta pelo dicionário, mas também por entendermos que tanto a natureza como a cultura decorrem de um processo de construção social. Desse modo, a diversidade que se define, também, pelo dinamismo, não pode ser tida como um dado, mas como construções, logo, históricas, localizadas e situadas.

Ainda assim, as elaborações de Silva (2000) são úteis se entendermos diversidade como sinônimo de multiplicidade, tal como demonstra o dicionário. A diversidade como “máquina de produzir diferenças”, como algo que “prolifera, dissemina” aproxima-se da noção que buscamos delimitar.

Também acrescentamos que nossa concepção de diversidade é multifacetada. Sobretudo diante de uma sociedade cujas desigualdades e assimetrias sociais se acumulam, não é possível afirmar haver diversidade valorizando apenas um aspecto. Um exemplo que pode ilustrar essa questão é o campo da diversidade sexual e de gênero.

Frequentemente, espaços são considerados inclusivos por garantirem a presença de pessoas da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais e afins). No entanto, nem sempre esses espaços asseguram que esses indivíduos sejam oriundos de diferentes territórios e pertencentes a variados grupos étnico-raciais (REA, AMANCIO, 2018). Ou seja, é necessário que haja transversalidade na diversidade.

Além disso, salientamos que como algo inerentemente dinâmico, a diversidade não deve se realizar de modo protocolar, como para garantir mera visibilidade dos diferentes segmentos que compõem a sociedade. A diversidade deve ser objetiva e produzir ativamente a transformação dos espaços nos quais se manifesta. Se um espaço

não contava com a diversidade, mas apenas com o “Mesmo”, o idêntico, a partir do momento que a diversidade se faz presente, ela deve modificar estruturalmente o lugar. De modo que a ausência dos e sobre os variados “Outros” se desfaça.

Ao invés do simples reconhecimento das diferenças, apontado pelas experimentações e influenciada pelas perspectivas pós-estruturalistas, a diversidade carrega consigo a ideia de um todo, que longe de ser essencialista, produz a possibilidade de troca, divergências e convergências. Um espaço diverso é aquele no qual os diferentes se encontram, para enriquecer, tornar outro, inovar, dentro de uma fórmula outra e com base no coletivo. Trata-se de um passo em torno de uma construção comum. De modo que a diversidade é essencial para a ação conjunta e política em torno daquilo que se deseja.

Nossa proposição, é conceitual e política, uma vez que se constrói dentro de uma ação. Agir tendo a diversidade como base é reconhecer no “Outro” o potencial de diálogo, de encontro, de construção em comum, mesmo que a partir do reconhecimento das diferenças. A diversidade, além de identificação, deve significar ação coletiva, propositiva, transformadora.

Disputando espaços institucionais: surge o GP “Comunicação, Alteridade e Diversidade”

Antes de nos atermos especificamente à fundação do referido grupo, faz-se necessário rememorar o contexto político e acadêmico no qual a Intercom foi fundada. Descrito pelo professor Marques de Melo como “semiclandestino”, o primeiro congresso da organização ocorreu em Santos, em 1978, sem divulgação oficial das atividades. O objetivo era impedir retaliações já que o próprio Marques de Melo e outros pesquisadores e jornalistas próximos eram visados pelo regime militar (TUFTE, 2014).

Apesar dos desafios, com as redes de solidariedade formadas com pesquisadores, associações e, inclusive, religiosos de orientação progressista, foi possível manter a Intercom. Uma vez superada, ao menos formalmente, o autoritarismo que pairava sobre

a política nacional, o ambiente para a pesquisa em Comunicação tornou-se mais favorável.

De forma pioneira, a Intercom contribuiu para a consolidação do campo das Ciências da Comunicação; para a difusão do conhecimento em Comunicação e áreas correlatas; para a aglutinação de pesquisadores, profissionais e estudantes em torno dos mesmos temas de interesse; e para a interlocução de intelectuais de nosso campo no Brasil e no exterior, especialmente na América Latina (MARQUES DE MELO, 2007).

E, talvez no momento mais crítico da história recente, em termos de saúde, a Intercom, de forma remota, realizou com sucesso o seu congresso nacional – reconhecidamente o maior do país no campo da Comunicação e um dos maiores da América Latina (PORTAL INTERCOM, 2020). A medida garantiu não apenas o respeito às recomendações sanitárias e a preservação da saúde dos pesquisadores, como também viabilizou a participação deles em um dos períodos mais difíceis para a educação e a ciência no Brasil.

Diante dessa trajetória memorável e exitosa, é possível projetar um futuro auspicioso. Para isso, contudo, é necessário estarmos atentos às demandas sociais e institucionais de nosso campo. Os regramentos democráticos que temos internamente podem ser ampliados a fim de que mais pesquisadores, das mais variadas características socioeconômicas e linhas de pesquisa possam se reunir em torno da instituição.

Nesse sentido, vimos com entusiasmo as mudanças anunciadas no congresso nacional, no qual apresentamos este trabalho. Há algum tempo as críticas aos requisitos necessários para participar do evento, que limitavam pesquisadores e profissionais, ficaram mais evidentes. Agora, a obrigatoriedade de pagamento da inscrição e do envio dos artigos completos ocorre apenas após a aprovação dos resumos expandidos, bem como a possibilidade de apresentar trabalhos remotamente (PORTAL INTERCOM, 2023). Tal medida facilita a participação de estudantes e pesquisadores cujas condições econômicas são menos favoráveis.

Em nossa perspectiva, outro avanço se deu em 2020, com a convocatória para a inscrição de novos Grupos de Pesquisa – o que, além de criar espaços particulares para novas abordagens, favoreceu um engajamento mais contínuo dos integrantes dos GPs.

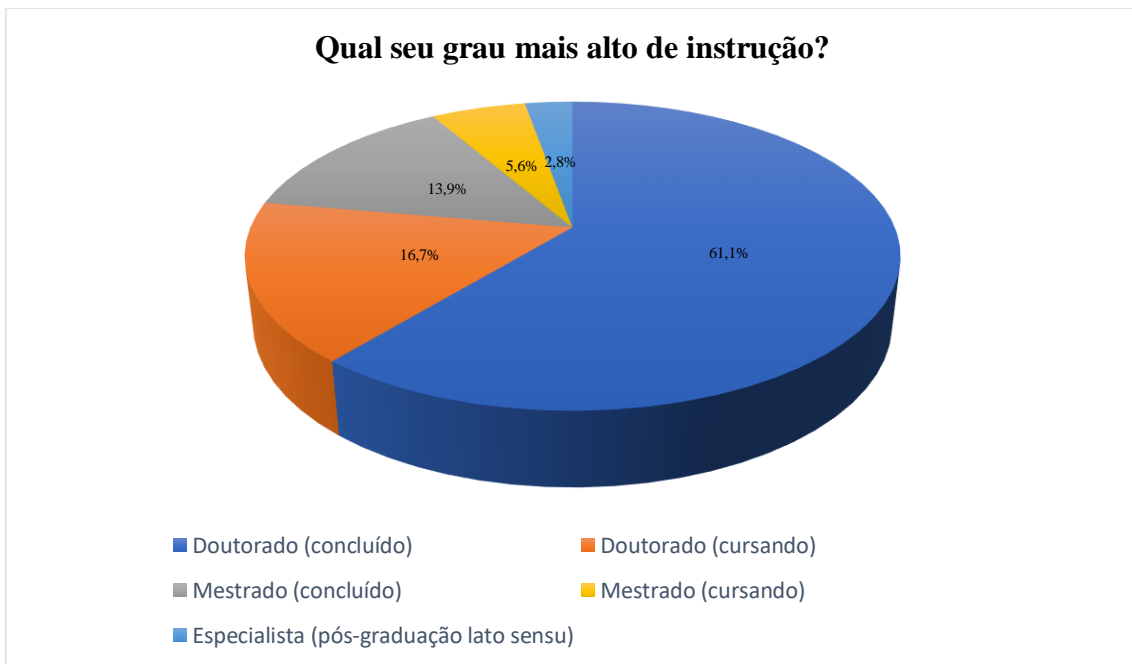
Nesse contexto, foi idealizado o GP “Comunicação, Alteridade e Diversidade”. Refletindo as mudanças socioeconômicas pelas quais a universidade brasileira passou na última década, a ementa do grupo nomeia de maneira explícita as questões raciais, étnicas, territoriais, de gênero e sexualidade (GP COMUNICAÇÃO, ALTERIDADE E DIVERSIDADE, s. d).

Reunindo como integrantes permanentes pesquisadores mais jovens do que o usual e com maioria de mulheres, o GP teve em sua primeira coordenação professores de uma universidade paraense, a saber: Ingrid Gomes Bassi e A.C. Dom Condeixa de Araújo, vinculados à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Trata-se de mais uma inovação diante da já consolidada liderança de estudiosos vinculados às regiões Sul e Sudeste do país.

Sobre o tema, destacamos o levantamento realizado por Krohling Kunsch e Gobbi (2016), a respeito do campo acadêmico-científico no Brasil. Com base em dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as autoras concluíram que:

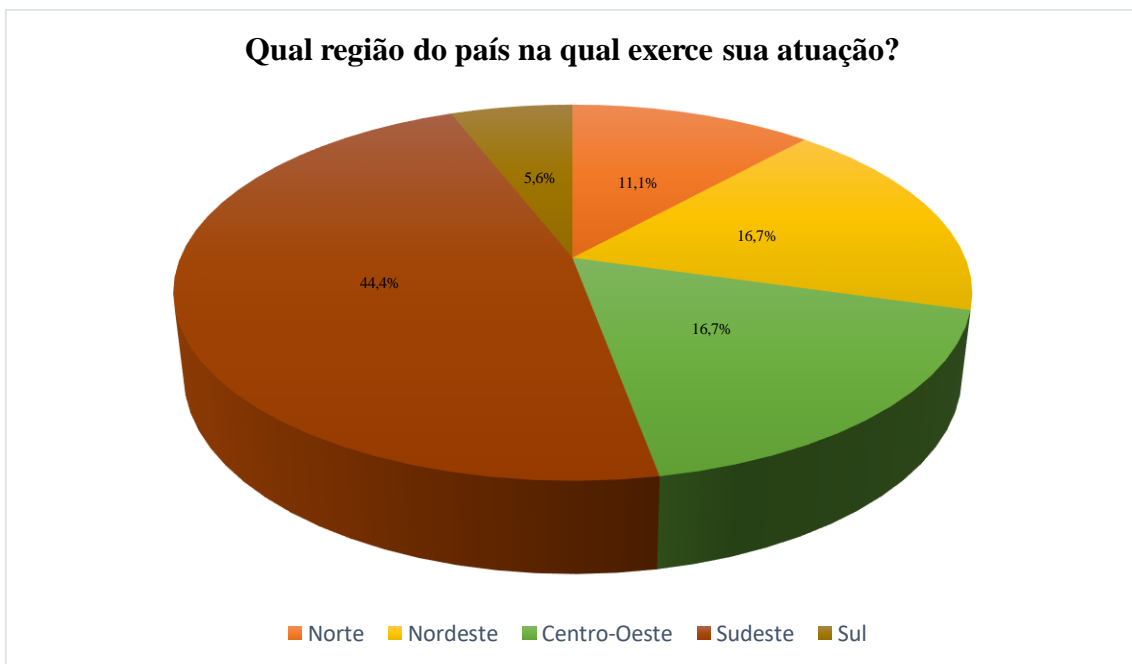
Não há uma divisão equânime na oferta dos 48 programas entre as cinco regiões do Brasil [...]. As maiores concentrações estão nas regiões Sudeste e Sul. São 4 PPGs [Programas de Pós-Graduação] (8,33%) no Centro-oeste; 8 (16,67%) no Nordeste; 2 (4,17%) no Norte; 25 (52,09%) no Sudeste; e 9 (18,74%) no Sul. Dos 25 programas da região Sudeste, 16 (64%) oferecem as duas opções de formação (mestrado e doutorado) e no Sul, 4 (44,4%) dos 9 programas. No Norte não há doutorado, no Centro-Oeste ele é ofertado em uma instituição (Universidade de Brasília) e no Nordeste apenas em duas instituições (Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Pernambuco). Essa falta de oferta acaba criando um êxodo de graduados e mestres, muitas vezes formados em suas regiões, para completar seus estudos no Sudeste ou no Sul do País. Considera-se que o número de 48 programas de pós-graduação credenciados e em funcionamento ainda é pouco se considerarmos o tamanho do Brasil e o número (1.352) de cursos de graduação em Comunicação e suas subáreas existentes no País (KROHLING KUNSCH; GOBBI, 2016, p. 82).

Gráfico 1 – Composição do GP “Comunicação, Alteridade, Diversidade” por nível de formação



Fonte: elaboração própria (2023)

Gráfico 2 – Distribuição regional dos integrantes do GP “Comunicação, Alteridade, Diversidade”



Fonte: elaboração própria (2023)

Ao elaborarmos a convocatória para a fundação do GP, obtivemos 36 respostas. Essas foram coletadas por meio do *Google Forms* e os gráficos que ora apresentamos se baseiam em dados gerados automaticamente a partir das respostas registradas na plataforma. O chamado foi realizado em listas de *e-mails* de associações de pesquisa, como a própria Intercom, além de ter contado com a divulgação espontânea dos pesquisadores que se interessaram pela proposta.

Como é possível observar no gráfico 1, o GP conta com 61,1% de doutores. Chama atenção a presença de pesquisadores em formação: somando o número de mestres, mestrandos e doutorandos, temos 36,2%. O dado sinaliza a renovação da pesquisa em Comunicação, além de apontar para o interesse desses jovens pesquisadores de estabelecerem interlocução por meio de entidades de pesquisa como a Intercom.

O gráfico 2, por sua vez, ilustra a localização territorial dos integrantes do GP. Em que pese a permanência da região Sudeste como principal espaço de atuação dos pesquisadores, há um número relevante de membros nas regiões Nordeste (22%) e Centro-Oeste do país (16,7 %).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos evidenciar a relação entre Comunicação, Alteridade e Diversidade, detalhando a fundação do Grupo de Pesquisa da Intercom que leva o nome desses conceitos. Nosso objetivo foi, além de compor o histórico do GP, discutir sua contribuição para a Intercom e para a pesquisa em Comunicação de maneira mais ampla.

Reconhecendo a comunicação como um trabalho da diversidade (BRAGA, 2022) – o que se materializa sobretudo nas articulações de movimentos sociais populares (PERUZZO, 2013), discutimos como as diferenças podem ser ponto de partida para viabilizar o encontro em diferentes segmentos. Ao invés de serem causas de

fragmentação, as diversidades podem se consolidar como espaço profícuo para o desenvolvimento social (MARTÍN-BARBERO, 1997; TUFTE, 2014).

Para tanto, contudo, faz-se necessário que comunicadores exerçam seus ofícios na perspectiva da alteridade (DA MATTA, 1978; LAGO, 2010; MARTINO, MARQUES, 2019). Afinal, se entendemos a comunicação e seus meios como elo entre diferentes segmentos sociais, é imperativo que interrompamos o endosso à produção e reprodução de desigualdades, bem como à operação acrítica do fazer profissional.

Dessa forma, o reexame de nossas práticas como comunicadores e pensadores desse campo pode contribuir para a elaboração de uma outra forma de comunicar. Foi assim que, assumindo as limitações e obstáculos colocados à Comunicação no Brasil, reunimo-nos em torno da proposta de um novo Grupo de Pesquisa. Ou seja, além de identificar e problematizar nossos desafios, adotamos uma postura proativa no âmbito daquilo que nos é possível realizar como pesquisadores.

Desde a fundação, nosso GP buscou contemplar as diversidades, tanto entre seus integrantes, como em sua ementa e lista de referências – evidenciando a variedade de perspectivas regionais, identitárias, teóricas e metodológicas que nos envolvem. Nesse primeiro biênio de existência, ampliamos o alcance – materializado no quantitativo de inscritos –, além de termos garantido espaço para discussões, estudos e pesquisadores que concretizam na prática os ideais que orientam a fundação de nosso grupo.

Referências

BRAGA, José Luiz. Comunicação como trabalho da diversidade (perspectiva e metodologia). **Matrizes**, v. 16, n. 3, p. 87-104, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. [Lei de Cotas]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 4 de agosto de 2023.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**, n. 27, p. 1-12. 1978.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

GP COMUNICAÇÃO, ALTERIDADE E DIVERSIDADE. [Ementa, composição e referências]. s. d. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/gps1/gp-comunicacao-alteridade-e-diversidade>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

JINDRA, Michael. The dilemma of equality and diversity. **Current Anthropology**, v. 55, n. 3, p. 316-326, 2014.

KOLLEN, Thomas; KAKKURI-KNUUTILA, Marja-Lissa; BENDL, Regine. An indisputable “holy trinity”? On the moral value of equality, diversity and inclusion. **Equality, Diversity and Inclusion**, v. 35 n. 5, p. 438-449, 2018.

KROHLING KUNSCH; Margarida Maria; GOBBI, Maria Cristina. O campo acadêmico-científico da Comunicação no Brasil: panorama, constituição e perspectivas. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 9, n. 2, p. 68-91, 2016.

LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010.

MARQUES DE MELO, José. Marcas registradas da Intercom: pluralismo, liberdade, solidariedade. 30 anos buscando a interação crítica com o mercado para alcançar a excelência acadêmica e servir à sociedade. **Organicom**, v. 4, n. 7, p. 13-29, 2007.

MARTÍN-BARBEIRO, Jesús. Comunicação plural: alteridade e sociabilidade. **Comunicação e Educação**, n. 9, p. 39-48, 1997.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A comunicação como ética da alteridade: pensando conceitos com Lévinas. **Revista Intercom**, v. 42, n. 3, p. 21-40, 2019.

Michaelis, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa [online]. (s. d). Diversidade [definição]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=diversidade>. Acesso em 16 de agosto de 2023

PARK, Robert E. The Natural History of the Newspaper. **American Journal of Sociology**, v. 29, n. 3, p. 273-289, 1923.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013.

PORTAL INTERCOM. Breve balanço de 2020 e perspectivas para 2021. In: **Jornal Intercom** [site], 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/banner-da-home/2020-2-2/07-2-2-2-2/informativos/14>. Acesso em 9 de agosto de 2023.

PORTAL INTERCOM. Conheça os novos Grupos de Pesquisa da Intercom. In: **Jornal Intercom** [site], 2022. Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/2022/04-2-2-2-2-2/ano-18-n-533-sao-paulo-06-de-abril-de-2022-issn-1982-372/chamadas-1940/conheca-os-novos-grupos-de-pesquisa-da-intercom>. Acesso em 4 de agosto de 2023.

PORTAL INTERCOM. Intercom anuncia mudanças no congresso nacional. In: **Jornal Intercom** [site], 2023. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/2023/04-2-2-2-2-2-2/ano-19-n-583-sao-paulo-12-de-abril-de-2023-issn-1982-372/chamadas-2293/intercom-anuncia-mudancas-no-congresso-nacional#:~:text=A%20Sociedade%20Brasileira%20de%20Estudos,tornar%20a%20programa%C3%A7%C3%A3o%20mais%20enxuta>. Acesso em 9 de agosto de 2023.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, v. 53, n. e185315, p. 1-38, 2018.

TUFTE, Thomas. “Comunicação é a essência do desenvolvimento”: diálogos com José Marques de Melo. **ComSertões**, v. 2, n. 1, s. p., 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, p. 219-237, 1993.